



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 32

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 8 DE JUNHO DE 1968

### PARECER

Nº 33, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 1967, do Congresso Nacional acrescenta artigo ao Regimento Comum estabelecendo prazo para tramitação de projetos de iniciativa do Congresso Nacional, com base no Ato Institucional número 2-65 e no art. 58, da Constituição Federal.

Relator: Dinarte Mariz.

O presente projeto de resolução, suscitado em primeiro lugar, pelo ilustre Deputado Leo Neves, e apoiado por numerosos outros parlamentares, manda incluir, onde couber, no Regimento Comum, o seguinte dispositivo:

“Art. Serão apreciados, em caráter definitivo dentro de quarenta e cinco dias, pela Câmara em que forem apresentados e em igual prazo, contado do recebimento, pela Câmara revisora, os projetos de lei de iniciativa de Senador ou Deputado que visem a modificar decretos-leis baixados pelo Presidente da República com base no Ato Institucional nº 2, de 1965, e no art. 58 da Constituição Federal.”

§ 1.º Os projetos de que trata este artigo serão automaticamente incluídos em Ordem do Dia, para imediata discussão e votação, dentro de trinta e cinco dias, contados da sua apresentação ou recebimento.

§ 2.º A apreciação das emendas da Câmara revisora será feita pela Câmara iniciadora no prazo de quinze dias, devendo a matéria constar obrigatoriamente da Ordem do Dia a partir do décimo dia do seu retorno à Casa de origem.”

Em arrimo do projeto, são apresentadas as seguintes razões:

“Facultada a nova Constituição Federal ao Presidente da República, em casos de urgência ou de interesses públicos relevantes, e desde que não resulte aumento de despesa, expedir decretos por força de lei sobre matérias relacionadas com a segurança nacional e finanças públicas. Publicado o decreto-lei, que vige de imediato, o Congresso Nacional vê-se na contingência de aprovar ou rejeitar, tão-somente, no restrito prazo de sessenta dias, importando o silêncio do Poder Legislativo em tácito acolhimento do ato do Executivo. Nem pode o parlamentar propor emenda aperfeiçoadora ao edito assim emanado do Chefe da Nação: aprova ou rejeita, repetimos, o texto resolutivo, vigente.

## CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

Em 11 de junho de 1968, às 21 horas

(TERÇA-FEIRA)

### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967 tendo Parecer, sob nº 32, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Mutilada a liberdade de iniciativa do Congresso Nacional com relação a proposições legislativas, pela Carta Magna recente, devem, Senado e Câmara, impor regras para a tramitação de projetos que objetivem aperfeiçoar os decretos-leis, aos quais, muitas vezes, não há como opor o voto negativo, mas suscetíveis de oportuno aperfeiçoamento; faz-se necessário, dada a imediata vigência do decreto-lei, com a publicação, que o projeto destinado a corrigi-lo ou a aperfeiçoar, se converta em lei no mais breve prazo possível para produzir seus oportunos efeitos. Revela a experiência parlamentar que as proposições de autoria de Senadores e Deputados não costumam seguir prazos regimentalmente regulares, detidas nas comissões técnicas de quaisquer das Casas, até por mais de uma legislatura e, assim, convém em propor a adoção do trânsito especial nos termos da emenda acima nela incluindo aqueles decretos-leis expedidos na vigência do Ato Institucional nº 2, artigos 30 e 31, e cujos reflexos na vida nacional são sobrejamente conhecidos. De outro modo, não poderão os membros do Congresso Nacional participar, como de natural dever, da criação das normas legais que vão reger o País, por contar o Presidente da República com os mandamentos constitucionais que lhe asseguram pronta votação dos projetos de sua iniciativa.”

A proposição foi encaminhada ao exame das Mesas Diretores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Como se observa, o projeto tem por fim o estabelecimento de processo legislativo especial, para projetos de lei, de iniciativa de Senador ou Deputado, que visem a modificar decretos-leis editados pelo Presidente da República, com fundamento no art. 53 da Constituição do Brasil, abrangidos nessa disciplina os ema-

nados da outorga do Ato Institucional nº 2, de 1965.

O rito processual recomendado pelo projeto identifica-se, em termos de prazos, com o fixado pelo art. 54 da Constituição Federal, que prescreve: “O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar de seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.”

Relativamente ao prazo para apreciação de emendas pela Casa iniciadora, o projeto não acolhe o exemplo constitucional inscrito no artigo 54, § 2º, preferindo fixá-lo em 15 dias, com inclusão obrigatória das mesmas na Ordem do Dia a partir do décimo dia de seu retorno à Casa de origem.

Prescreve-se, ainda, que “os projetos serão automaticamente incluídos na Ordem do Dia, para imediata discussão e votação, dentro de trinta e cinco dias contados de sua apresentação ou recebimento”.

Relevados os bons propósitos que informam a iniciativa do projeto, os quais, certo, visam a defesa das prerrogativas do Congresso Nacional, sobretudo no que concerne à prática de sua legislante, não vemos como acolhê-los à vista dos princípios constitucionais e de juridicidade que regem a espécie. O Regimento Comum não é o instrumento adequado e legítimo para tratar da matéria objeto da proposição em estudo. Cuidado do estabelecimento de normas regimentais próprias a cada uma das Casas legislativas, que, segundo o preceituado no art. 32 da Constituição do Brasil, não podem estar subordinadas ao regime de deliberação conjunta, mas ao de inscrição em Regimentos distintos, consoante o sistema de bicameralidade traçado pela Carta Magna.

Assim, sob pena de violação ao espírito e à letra da Constituição do Brasil, não seria possível estabelecer-se, no Regimento Comum, norma da área específica de competência ex-

clusiva de cada Casa legislativa — como seja a da fixação de prazos para tramitação de projetos que devam ter curso distinto em cada órgão legislativo — por tratar-se de providência de organização interna, submetida ao regime de separação regimental, nos termos da Constituição do Brasil.

Se o Projeto de Resolução cogitasse da disciplina de matéria relativa à ordem dos trabalhos próprios do Congresso Nacional, ou mesmo de fase vinculada ao sistema bicameral — ação de revisão, por exemplo — teríamos, então, configurado o sentido de comunidade que autorizaria a inscrição da providência no Regimento Comum.

No caso em estudo, porém, paradoxalmente pretende incluir-se, no instrumento que ordena trabalhos comuns, medida reguladora de atividades autônomas.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, a medida, consubstanciada no projeto sob exame, não seria possível se proposta por intermédio de emenda constitucional ou por projetos de resolução, apresentados e votados em cada uma das Casas legislativas, alterando os respectivos Regimentos Internos.

De qualquer modo, ainda que superadas as arguições de injuridicidade e inconstitucionalidade que pesam sobre a matéria, não seria de recomendar-se o seu acolhimento, quanto ao mérito, à vista, sobretudo, de suas implicações mediatas.

De fato o sistema de tramitação privilegiada sugerido pelo projeto, poderia converter-se, no curso de sua execução, em instituto negativo quanto aos fins desejados, transformando-se em instrumento prejudicial à iniciativa dos próprios legisladores, a qual, no atinente às modificações regulamentares principalmente com os decretos-leis originários do Poder Executivo, ficaria adstrita a um processo de maior dificuldade. Isso aconteceria, por exemplo, nos casos de rejeição ou negativa de sanção, que naturalmente ocorreriam em escala sintomática, uma vez que as decisões legislativas, porque tomadas em prazos curtos — onde dificilmente se afirma instrução processual eficiente — estariam fatalmente mais situadas nas referidas faixas de recusa, seja pela manifestação direta do Poder Legislativo — rejeição — senão, também, por desacolhimento do Executivo — negativa de sanção. Nessa circunstância, a renovação de projeto, na mesma sessão legislativa, com matéria idêntica à de proposição rejeitada, só seria admissível se proposta pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (Art. 61, § 3º, da Constituição do Brasil). Nesse ponto, convém salientar que o projeto diz respeito apenas a proposições

que visam a modificar decretos-leis, editados a partir do Ato Institucional nº 2, de 1965, sem cogitar das hipóteses de ab-rogação desses diplomas, os quais, nessa parte permaneceriam submetidos ao sistema tradicional que tutela a tramitação dos projetos de leis ordinárias, a criar, em consequência, um comportamento bifronte, sem maior justificativa.

Além do mais, o projeto coloca sob o mesmo diapasão do tratamento os decretos-leis baixados com fundamento no Ato Institucional nº 2, de 1965, e os editados com base no artigo 58 da Constituição do Brasil, — quando, em rigor, verifica-se a existência de situações e momentos distintos carecedores de diferentes terapêuticas.

Os decretos-leis oriundos da outra Constituição têm limitações preestabelecidas, subordinadas aos casos de urgência, de interesse público relevante, de não aumento de despesa, e, ainda em razão da matéria a assuntos de segurança nacional ou de finanças públicas. O mesmo não acontece em relação aos instrumentos legais provenientes do preceituado no art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 1965, os quais independiam dos requisitos ora apontados no Artigo 88, caput, e nº I, da Constituição do Brasil, fixando-se exclusivamente no genérico conceito de "segurança nacional". Por isso a falta das respectivas limitações — apesar da plenitude de decretos-leis baixados no período do governo anterior — 319 (de nº 1 ao 318, mais o de nº 116-A) — muitos dos citados diplomas legais surgiram de estudos aprofundados, pela contribuição de órgãos técnicos altamente especializados, que, para a sua formulação, se valeram de subsídios e pesquisas de varia ordem.

No particular, basta dizer que a ação legisferante do Governo envolveu, além de matérias de grande complexidade, também a disciplina de Códigos, para os quais, nos termos da Constituição Federal (art. 54, § 5º), não se admite nem a aplicação do regime de prazos especiais que beneficia as proposições do Poder Executivo.

Para ter-se uma noção do problema, vale serem destacados, dentre os referidos Decretos-leis, alguns que pela sua substância dão a tônica da situação. Estão nesse caso os Decretos-leis ns:

32 — "Institui o Código Brasileiro do Ar".

55 — "Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências".

59 — "Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional de Cooperativismo e dá outras providências".

61 — "Altera a legislação relativa ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências".

72 — "Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional da Previdência Social".

73 — "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências".

82 — "Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências".

83 — "Regula o Sistema Tributário dos Territórios e dá outras providências".

142 — "Dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional".

162 — "Dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações".

200 — "Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece prerrogativas para a Reforma Administrativa e dá outras providências".

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impressão nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

209 — "Institui o Código Brasileiro de Alimentos e dá outras providências".

212 — "Dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País".

215 — "Altera o Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938)".

227 — "Da nova redação ao Decreto-lei nº 1.935 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940".

229 — "Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943, e dá outras providências".

234 — "Altera dispositivos do Decreto-lei nº 22, de 18 de novembro de 1933 (Código Brasileiro do Ar), e dá outras providências".

237 — "Modifica o Código Nacional de Trânsito".

239 — "Define o Programa Tecnológico Nacional, o sistema nacional de tecnologia e dá outras providências".

240 — "Define a política e o sistema nacional de metrologia e dá outras providências".

254 — "Código da Propriedade Industrial".

293 — "Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho".

314 — "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências".

Não seria aconselhável, pois, que matérias dessa magnitude fossem colocadas em regime de estudo sob prazos limitados, que, em última análise, não poderiam ser sustentados, pelas exigências mesmas do interesse público que norteia a ação parlamentar.

Na impossibilidade portanto, de aceitar o projeto sob exame — em razão dos apontados impedimentos de ordem jurídica, constitucional e de mérito — sugerimos a esta Comissão Diretora o não acolhimento do mesmo, na forma do art. 51 alínea a e § 1º, do Regimento Comum.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente. — Dinarte Mariz, Relator. — Camilo Nogueira da Gama. — Gilberto Marinho. — Victorino Freire. — Edmundo Levi. — Caltete Pinheiro. — Guido Mondim. — Raul Gluberti.

## SENADO FEDERAL

ATA DA 108ª SESSÃO, EM 7 DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. VICTORINO FREIRE

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena.  
Alvaro Maia.  
Edmundo Levi.  
Pedro Carneiro  
Achilles Cruz.  
Victorino Freire.  
Menezes Pimentel.

Luiz de Barros.  
Manoel Villaga.  
Pedreira Diniz.  
Argemiro de Figueiredo.  
José Ermirio...  
Leandro Maciel.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Gilberto Marinho.  
Nogueira da Gama.  
Lino de Mattos.  
Pedro Ludovico.  
Milton Menezes

O PRESIDENTE:

(Victorino Freire, — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Há número regimental, declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE PARECERES

Parecer nº 496, de 1968

Redação do vencido para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968 que dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Manoel Villaga, Presidente; Edmundo Levi, Relator; Alvaro Maia.

ANEXO AO PARECER Nº 496, DE 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968, que dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º São dispensados do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais, e demais órgãos da administração pública descentralizada e autárquica, desde que, revestidos das formalidades essenciais, se destinem a produzir efeito no município onde foram emitidos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 497, de 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (número 40-B-67, na Casa de origem).

Relator: Senador Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (nº 40-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Manoel Villaga, Presidente; Edmundo Levi, Relator; Alvaro Maia.

ANEXO AO PARECER Nº 497, DE 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (número 40-B-67, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 4º, inciso I, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ..., DE 1968

Aprova o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 698, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Indústria e Comércio o seguinte pedido de informações:

1) Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério a respeito dos propósitos manifestados pela "DOMINIUM" e pelo "INTERNATIONAL OVERSEAS SERVICE" — IOS —, visando a obter anistia através de medidas denunciadas pela Imprensa como direta ou indiretamente prejudiciais ao Tesouro Nacional e às reservas cambiais do País? Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 699, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. M.

da Indústria e Comércio o seguinte pedido de informações:

Quais as providências que estão sendo tomadas por esse Ministério, a respeito das denúncias publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", em 1967, em que se afirmava que algumas moageiras dotadas de tradição e poder de corrupção, estavam procurando invalidar as normas estabelecidas pelo Governo que regulam o fornecimento do trigo à real moageira das respectivas regiões.

Entre as empresas citadas quais que, de acordo ainda com aquelas funções, no passado, envolvidas no comércio negro da farinha de trigo?

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 700, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

1) Qual o valor do material adquirido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no ano de 1966, através do Departamento de Cadastro e Mutação, da firma CONTINAC — Mutuários Contínuos S.A.?

2) Qual o destino dado àquele material de escritório?

3) De acordo com a ficha de inscrição de fornecedores da Autarquia, de os membros que integram a direção da firma CONTINAC — Mutuários Contínuos S.A.?

4) Quem se encontrava na direção do Departamento de Cadastro e Mutação do IBRA, no ano de 1966?

5) Foram prestados à Comissão de Inquérito, existente naquela Autarquia, sob a presidência do Sr. Maria de Fátima, esclarecimentos ou informações referentes à indagações constantes dos itens 1, 2 e 3 do presente requerimento?

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 701, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

1) Qual o critério adotado pela Comissão de Marinha Mercante para autorizar, entre outras, as empresas de navegação denominadas "NETUMAR", "LIANCA", "NAVEGAÇÃO PAULISTA" e "NAVAL MERCANTIL" a operar em linhas internacionais, quando tradicionalmente pelo Lloyd Brasileiro?

2) Qual o número, com os respectivos nomes e tonelagem, de navios equipados aos serviços de navegação internacional pertencentes a cada uma das empresas relacionadas na resposta anterior?

3) O Fundo da Marinha Mercante está financiando a construção de novos navios para cada uma das empresas de navegação registrada na Comissão de Marinha Mercante? Qual o financiamento, unidade por unidade?

4) O Lloyd Brasileiro foi obrigado a executar serviços, associados às empresas autorizadas a operar em linhas internacionais, concedendo-lhes participação nos transportes na receita?

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 702, de 1968

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do IPASE, o seguinte pedido de informações:

1) Qual o número de receitas médicas que, diariamente, em média, são enviadas pela farmácia do IPASE?

2) Qual o montante, em cruzetiros novos, do valor do estoque daquela farmácia, em 31 de dezembro de 1967?

3) Qual a média mensal, em cruzetiros novos, que a farmácia do IPASE forneceu aos contribuintes do Instituto, no período de janeiro a maio de 1968?

4) Qual a média mensal, em cruzetiros novos, do valor das reposições de estoque na aludida farmácia, durante o ano de 1967 e de janeiro a maio de 1968?

5) Qual o critério adotado pela farmácia do IPASE, para fornecimento de medicamentos aos associados?

6) Quais os recursos dados aquela farmácia para possibilitar existência de estoque compatível com as necessidades dos associados do IPASE em Brasília?

7) Se é verdade que, dia a dia, cresce o número de associados do IPASE que se dirige à sua farmácia e não conseguem suprir-se, ali, dos medicamentos de que necessitam.

#### Justificação

A julgar pelos inúmeros e constantes reclamos que chegam ao meu conhecimento, a farmácia do IPASE não está preenchendo a sua importante finalidade de atender, satisfatoriamente, àqueles que, mensalmente, levam para os cofres do Instituto uma parcela de seus vencimentos, não raro reduzidos, e que necessitam receber assistência à saúde, vigia-mestra de produtividade do trabalhador.

Assim sendo, os quesitos formulados no presente requerimento antes mesmo de apreciadas as respostas, já me ensinam avelar para a Administração do IPASE, no sentido de que a farmácia do Instituto, seja dotada de reais possibilidades de atendimento aos contribuintes daquela autarquia.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1968. — Adalberto Sena.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de deliberação do Plenário. De acordo com o Regimento, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 384-68, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério dos Transportes (Aviso número 663-GM, de 5-6-68);

Nº 859-67, de autoria do Senador Flávio Brito, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 217-AP-Br, de 5-6-68);

Nº 61-68, de autoria do Senador José Ermírio, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso nº 211-AP-Br, de 5-6-68).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

#### O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna. O primeiro é o seguinte: Diário Oficial de 28 de maio de 1968 publicou a Lei 5.440, de 23 de maio de 1968, que altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e seu § 1º, da Lei Orgânica da Previdência Social.

Essa lei, Sr. Presidente, é resultante de mensagem do Executivo que tramitou pelo Congresso Nacional, pela qual se determinava a concessão de aposentadorias para a mulher aos 30 anos de serviço, em razão, aliás, de mandamento constitucional.

O projeto recebeu uma emenda na Câmara dos Deputados, emenda essa

que determinava que os empregados associados do INPS, da Previdência Social, que trabalhassem em serviço perigoso ou insalubre não precisariam de completar 50 anos de idade a fim de perceber a aposentadoria que a lei determinou.

Essa emenda logrou êxito, embora repelida pelo Senado Federal, quando veio a proposição à Câmara. O Senhor Presidente da República sancionou o Projeto tal como foi feito na Câmara dos Deputados, sendo que, a partir da data da publicação, que foi 28 de maio do corrente ano, os associados da Previdência Social que trabalhem em serviço perigoso ou insalubre, não precisam mais de atingir essa idade para o recebimento da aposentadoria.

É realmente, Sr. Presidente, a medida é a mais justa, pois já existia no corpo da Lei Orgânica da Previdência Social uma disposição que determinava, também, aos associados que completassem 35 anos de serviço, sendo do sexo masculino ou feminino, a aposentadoria ordinária, ou a chamada aposentadoria integral, independentemente da idade.

Em razão do texto constitucional, já essa aposentadoria é concedida à mulher aos 30 anos de serviço. Assim, os empregados que trabalham em serviço perigoso, insalubre têm direito à percepção da aposentadoria, desde que completem 15, 20 ou 25 anos de serviço, conforme a periculosidade ou grau de insalubridade do serviço prestado.

Mas evidentemente que esta disposição vai depender ainda de regulamentação. E o apelo que faço nesta hora, ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, é para que regulamente definitivamente a matéria constante do Art. 1º da Lei sancionada, nº 5.440, para fazer com que os processos, os pedidos e requerimentos de aposentadorias, dos associados que estejam em condições de se aposentarem, sejam deferidos imediatamente.

Porque infelizmente verificamos que no Brasil se legisla e, depois, para se regulamentar determinado dispositivo da lei leva-se muito tempo.

Certamente, regulamentada a lei, começarão os associados a receber os benefícios e se afastarão do trabalho, dando ensejo a que se abra oportunidade de trabalho para novos empregados; quer dizer, o mercado de trabalho melhora porque os aposentados abrem vagas nos respectivos estabelecimentos comerciais, industriais ou de transportes, para dar acesso àqueles que querem locar o seu trabalho.

Era esta a primeira providência que eu pediria — que o Ministério do Trabalho regulamentasse, sem mais demora, a Lei nº 5.440, no que se refere ao Art. 1º, porque a aposentadoria da mulher aos 30 anos já está devidamente regulamentada.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é a apresentação de proposição que reputo das mais importantes e interessa tanto ao empregado como ao empregador. É sabido que o trabalhador quase sempre reside distante do local de seu trabalho. Infelizmente, no Brasil, quando alguém quer organizar uma empresa, com raras exceções, instala longe dos aglomerados urbanos. Quase sempre o faz sem se preocupar com a escolha de uma área que possibilite a construção de um bloco residencial para os operários que irão trabalhar naquele estabelecimento.

A Fábrica Nacional de Motores, por exemplo, de Volta Redonda, feita de acordo com estes ditames, funciona num distrito do Município de Barra Mansa. Depois de desmembrado, este passou a ser autônomo como Município de Volta Redonda, com área destinada à instalação do núcleo residencial. Assim, a assiduidade dos operários à Siderúrgica Nacional é maior do que a de outras empresas cujos operários moram longe do local de trabalho.

Na maioria dos casos, entretanto, quando uma empresa resolve instalar o seu complexo industrial, como, por exemplo, na Guanabara, ela compra um terreno na Avenida Brasil e lá instala a sua fábrica, desprovida, quanto à dificuldade de acesso, de meio-de-transporte. Muitas vezes, mesmo na Avenida Brasil e morando distantes, na Baixada Fluminense, a fábrica ou o mesmo em Casas, os operários, saindo muito cedo de casa, não tomam café, a um de se deslocarem ao local de trabalho. Acresce que, levantando-se muito cedo o leite não chega a sua casa nem o pão lhe é distribuído a tempo.

Então, esse empregado começa a trabalhar sem ter tomado o café da manhã. Dai muitos estabelecimentos comerciais e industriais — e convencei com inúmeros empregadores a esse respeito, antes da apresentação dessa — fornecerem esse café, no meio do expediente ou deixaram que os seus operários interrompam suas atividades, por 15 minutos, para ir, ao primeiro estabelecimento comercial, tomar o seu café. Outros operários não o fazem, esperando, sempre o almoço, entre 11 e 12 horas da manhã, acondicionado em marmitta, na véspera. As vezes, por falta de instalações adequadas, na empresa, o alimento torna-se azedo. Então, como o frio e azedo, porque não têm lugar, sequer, para esquentar a marmitta.

Dai, Sr. Presidente, a apresentação desse projeto, determinando o fornecimento obrigatório pelas empresas individuais ou coletivas que contarem com mais de dez empregados da refeição matinal aos seus empregados. Mas essa refeição deverá ser fornecida antes do expediente normal de trabalho. Se, por exemplo, o horário de trabalho começar às 7 horas da manhã, essa refeição deverá ser tomada pelo empregado, fornecida pelo empregador, entre 6,30 e 7 horas da manhã.

A providência, certamente, determinará maior assiduidade ao trabalho, porque o empregado querará tomar essa refeição e, neste modo, não faltará ao serviço. Sabe que, no local de trabalho uma refeição o está esperando, visto que não a faz em casa, em razão da premência do horário. Haverá maior produtividade, porque ele começará a trabalhar bem alimentado, café, leite, pão e manteiga.

Creio que a medida objetiva um alto interesse social. Antes da apresentação da proposição, conversei com inúmeros dirigentes empresariais que a acolheram, com júbilo, dizendo que se tinham lembrado desta providência, ou seja, de servir a refeição matinal, antes do expediente normal de trabalho, forçando, assim a assiduidade e produtividade.

#### Passo a ler a proposição:

"Art. 1º Fica toda empresa, individual ou coletiva, com mais de 10 (dez) empregados, inclusive, obrigada a fornecer-lhes, sem ônus ou quaisquer descontos salariais, uma refeição matutina.

Art. 2º Esta refeição, compulsoriamente, constará, no mínimo, de pão, manteiga, café e leite.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei as empresas ficam obrigadas, igualmente, a manter instalações convenientemente aprovadas, segundo as normas sanitárias vigentes, destinadas à distribuição do café matinal gratuito.

§ 1º O horário da distribuição alimentar terá início sempre, no mínimo, meia hora antes e se prolongará até cinco (5) minutos do começo do expediente normal de trabalho;

§ 2º Além dos encargos aludidos nos artigos desta Lei, as empresas deverão manter, ainda, geladeiras de serpentina, toalhas, louças, talheres e demais petrechos, bem como aparelhamento próprio

à conservação e aquecimento de marmitas ou outros depósitos de comida, trazidos de fora pelos seus empregados, para o almoço ou quaisquer outras refeições diárias;

§ 3º A quaisquer exigências de horas-extras de trabalho antes do início do expediente normal, ... De vez que a proposição manda fornecer essa refeição matinal, antes do horário normal do trabalho, sem prejuízo do andamento do serviço.

(Lendo)

"... compulsoriamente deverão corresponder as antecipações adequadas dos horários de distribuição matinal.

Art. 4º O não cumprimento da presente Lei importará à empresa incorrer em multas e sanções, a serem fixadas pela sua Regulamentação.

Art. 5º Dentro de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação, o Ministério do Trabalho e Previdência Social fará aprovar e publicar a Regulamentação da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A justificação a que me reportei é a seguinte que faço constar do projeto:

(Lendo)

"É preciso que se frize, antes de mais nada, que a medida que objetivamos com o Projeto, é tanto do interesse do empregado como o é do empregador. Deverá, portanto, vir consubstanciar a satisfação do interesse geral, pois se beneficiará o trabalhador, por motivos óbvios, o empregador terá como recompensa um instrumento seguro de assegurar a assiduidade e a alta produtividade de seus empregados, fator tão decisivo na solução dos problemas de uma atividade econômica capaz de lucros apreciáveis com baixo índice de perdas.

Entre as perdas estimadas, hoje, na produção, aquela representada pelo material humano deficiente é uma das que mais assombram o estudioso economista. Isto porque, nos tempos que atravessamos, é fácil verificar que um dos mais cruciantes problemas que afligem as classes trabalhadoras, do ponto de vista social e higido, é a subalimentação.

Com efeito, consequência direta dos salários irrisórios que conseguem em retribuição de seu labor, e diante do aumento desproporcional do custo de vida provocado pela inflação até agora resistindo a todas as tentativas saneadoras, o trabalhador, comprimido em seus orçamentos domésticos, tende invariavelmente para reduzir e empobrecer a sua alimentação, já que outros quesitos de consumo de controlar.

Assim, face aos pagamentos de alugueis, escorchantes como todo mundo sabe, taxas de luz, água e esgotos, despesas escolares e hospitalares, isto para não se falar no vestuário, medicamentos, condução e várias outras, o operário brasileiro tanto quanto o comerciante de faixa salarial mínima, se vê compungido a fazer minguar a quantidade e a depauperar a qualidade do que ingere quotidianamente. Certo é que a tentativa é tão mais absurda como trágica, mas, para que se a possa compreender em sentido de profundidade, é indispensável atentar para a realidade chocante de que os que por ela se decidem, não têm absolutamente escolha alguma!

São fatos e realidades que as estatísticas, quer sociais, quer sanitárias, provam à saciedade de

qualquer estudioso atento que de-seje se dedicar ao problema. E outras circunstâncias se alinham para agravar a questão, até um ponto tão desesperado que parece inacreditável em nossos dias, e nesta Nação tão férta e pródiga para com seus filhos. Gravados pelas dificuldades de um transporte funcionando em condições péssimas, caríssimo, e habitando em localidades distantes, porque aquilo que ganha não permite o pagamento de alugueis maiores, o homem trabalhador não só deixa sua residência alta madrugada, como acontece frequentemente permanecer desde que acorda em completo jejum até a hora do almoço! E o que se passa, é não exagerei!

Por menos que alguém possa concluir diante dos fatos assim outra compreensão não pode haver senão a de que um trabalhador submetido a essas condições, jamais poderá render a produtividade que dele se espera.

Ora, a medida consubstanciada em nosso projetado, tem por escopo fundamental, dirimir um tal estado de coisas. Medidas a soluções como essa, não será demais afirmar, se tomadas constantemente em todos os setores onde se as reclamassem, poderiam contribuir para nos fornecer os meios decisivos de solução para o progresso industrial em que nos encontramos engajados. E o próprio empregador esclarecido parece compreender essa questão, quando se observa que os grandes empreendimentos por si só procuram instalar ao seu redor, não só vilas operárias que abriguem condignamente aqueles que nela trabalham, como também se preocupam em colocar em funcionamento restaurantes onde se faça uma distribuição abundante e racional de alimentos.

Homens de barriga vazia não podem produzir nada direito — a equação é de uma clareza gritante, assim! Dai que, se a própria iniciativa privada já soube avallar o quanto de motivação, estímulo, saúde, estabilidade social e aumento de produtividade pode significar a boa alimentação de seus empregados, não vejo como deixarmos de acolher a generalização desta medida, por legislação, como reconhecidamente benéfica ela já se provou!

Eis as principais razões que fundamentam nossa proposição, argumentos estes irrecusáveis por todos os homens de visão brasileiros, e que, se consubstanciados, em lei, por certo que virão introduzir em nossa Legislação esse reclamo coletivo, nesta inovação tão preciosa quanto previdente."

Sr. Presidente, conversei com industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, que aplaudiram a iniciativa. Muitos me informaram que fornecem café pela manhã, no meio do horário do trabalho, às 9,30 ou 10 horas. O nobre Senador Atílio Fontana sabe que muitos estabelecimentos comerciais e industriais, fornecem o café matinal aos empregados, ou possibilitam sua ida à casa comercial mais próxima da fábrica, a fim de tomarem o seu café, porque não tiveram tempo suficiente para tomá-lo, como é o caso de trabalhadores do Méier, Braz de Pina e outros locais do Rio de Janeiro que moram, por exemplo, no distrito de Nova Iguaçu.

O Sr. Atílio Fontana — V. Exa permite um aparte? (Assentimento do orador) — Não tive o prazer de ouvir a leitura do projeto que V. Exa ora apresenta à Casa. No que se refere ao café matinal, realmente, muitas indústrias já têm por hábito o seu fornecimento, ou mesmo o fornecimento de um lanche, a certa hora

da parte da manhã, para que os trabalhadores se alimentem melhor. Alimentando-se melhor, tem eles mais disposição para trabalhar. Não há, portanto, prejuízo com isto. Nos momentos já o adotamos. Não sabemos se as outras empresas poderão fazê-lo e em que condições. Mas o fato é que o trabalhador bem alimentado, oferece maiores condições de produtividade. Não conheço, pois, o projeto de V. Exa, mas espero que consubstancie esta intenção, já bastante discutida.

O SR. AARÃO STEIMBRUCH — Vejo, com satisfação, que a proposição tem o apoio de um dos ilustres Membros desta Casa, pertencente à ARENA e grande industrial deste País.

A proposição, nobre Senador, vai mais além, no interesse do empregador, nessa parte, porque determina que o fornecimento da refeição se faça antes do horário de trabalho. O empregado tem que comparecer, para se servir da refeição, às 6:30 horas, por exemplo, se o horário começar às 7. Então, até cinco minutos antes do início do trabalho.

Esse fornecimento de refeição é feito pela empresa ao empregado. E, com isso, não só, ele comparece mais como também, conforme V. Exa salientou, melhor alimentado, terá condições para produzir mais.

Creio que as Comissões técnicas darão aprovação à proposição que tenho a honra de encaminhar, neste momento, à Mesa do Senado. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna (P.S.D.)

Não está presente.

Não há outros oradores inscritos.

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard  
Oscar Passos  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mariz  
Pessca de Queiroz  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna  
Párcles Pedro  
Fernando Corrêa  
Flinto Müller  
Bezerra Neto  
Atílio Fontana  
Guído Mondim  
Daniel Krieger  
Mem de Sá.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) Sobre a mesa Projeto de Lei que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

#### Projeto de Lei nº 65, de 1968

Dispõe sobre o fornecimento obrigatório de café matinal gratuito aos empregados, por empresas individuais ou coletivas, contando mais de dez funcionários, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica toda empresa, individual ou coletiva, com mais de 10 (dez) empregados, inclusive, obrigada a fornecer-lhes, sem ônus ou quaisquer descontos salariais, uma refeição matutina.

Art. 2º Esta refeição, compulsoriamente, constará no mínimo de pão, manteiga, café e leite.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, as empresas ficam obrigadas, igualmente a manter instalações, convenientemente aprovadas segundo as

normas sanitárias vigentes, destinadas à distribuição do café matinal gratuito.

§ 1º O horário da distribuição alimentar terá início sempre, no mínimo, meia hora antes e se prolongará até cinco (5) minutos do começo do expediente normal de trabalho;

§ 2º Além dos encargos auditados nos artigos desta Lei as empresas deverão manter ainda, geladeiras de serpentina, toalhas, louças, talheres e demais petrechos, bem como aparelhamento próprio à conservação e aquecimento de marmitas ou outros depósitos de comida, trazidos de fora pelos seus empregados, para o almoço ou quaisquer outras refeições diárias;

§ 3º A quaisquer exigências de horas-extras de trabalho antes do início do expediente normal, compulsoriamente deverão corresponder as antecipações adequadas dos horários de distribuição do café matinal;

§ 4º Ficam excetuadas, dos efeitos desta Lei, a empresa já legalmente obrigada à prestação deste benefício ou aquelas de cujo programa de atividades conste a distribuição do café matinal gratuito.

Art. 4º O não cumprimento da presente Lei importará à empresa incorrer em multas e sanções, a serem fixadas pela sua Regulamentação.

Art. 5º Dentro de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação, o Ministério do Trabalho e Previdência Social fará aprovar e publicar a Regulamentação da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1968. — Senador Aarão Steimbruch.

#### Justificação

E' preciso que se frize, antes de mais nada, que a medida que objetivamos com o Projeto, é tanto do interesse do empregado como o é do empregador. Deverá, portanto, vir consubstanciar a satisfação do interesse geral, pois se beneficiará o trabalhador, por motivos óbvios, o empregador terá como recompensa um instrumento seguro de assegurar a assiduidade e a alta produtividade de seus empregados, fator tão decisivo na solução dos problemas de uma atividade econômica capaz de lucros apreciáveis com baixo índice de perdas.

Entre as perdas estimadas hoje na produção, aquela representada pelo material humano deficiente é uma das que mais assombram o estudioso economista. Isto porque, nos tempos que atravessamos, é fácil verificar que um dos mais cruciantes problemas que afligem as classes trabalhadoras, do ponto de vista social e higido, é a subalimentação.

Com efeito, consequência direta dos salários irrisórios que conseguem em retribuição do seu labor, e diante do aumento desproporcional do custo de vida provocado pela inflação até agora resistindo a todas as tentativas saneadoras, o trabalhador, comprimido em seus orçamentos domésticos, tende invariavelmente para reduzir e empobrecer a sua alimentação, já que outros quesitos de consumo de controlar.

Assim, face aos pagamentos de alugueis, escorchantes como todo mundo sabe, taxas de luz, água e esgotos, despesas escolares e hospitalares, isto para não se falar no vestuário, medicamentos, condução e várias outras, o operário brasileiro tanto quanto o comerciante de faixa salarial mínima, se vê compungido a fazer minguar a quantidade e a depauperar a qualidade do que ingere quotidianamente. Certo é que a tentativa é tão mais absurda como trágica, mas, para que se possa compreender em sentido de profundidade, é indispensável atentar para a realidade chocante de que os que por ela se decidem,

dem, não têm absolutamente escolha alguma!

São fatos e realidades que as estatísticas, quer sociais, quer sanitárias, provam à saciedade de qualquer estudioso atento que deseje se dedicar ao problema. E outras circunstâncias se alinham para agravar a questão, até um ponto tão desesperado que parece inacreditável em nossos dias, e nesta Nação tão farta e pródiga para com seus filhos. Gravados pelas dificuldades de um transporte funcionando em condições péssimas, caríssimo, e habitando em localidades distantes, porque aquilo que ganha não permite o pagamento de alugueis maiores, o homem trabalhador não só deixa sua residência alta madrugada, como acontece frequentemente permanecer desde que acorda em completo jejum até a hora do almoço! E o que se passa, e não são exageros!

Por menos que alguém possa concluir diante de fatos assim — outra compreensão não pode haver senão a de que um trabalhador submetido a essas condições, jamais poderá render a produtividade que dele se espera.

Por menos que alguém possa conosco projetado, tem por escopo fundamental, dirimir um tal estado de coisas. Medidas e soluções como essa não terá demais afirmar, se tomadas constantemente em todos os setores onde se reclamasse, poderiam contribuir para nos fornecer os meios decisivos de solução para o crescimento industrial em que nos encontramos enganados. E o próprio empregador esclarecido parece reconhecer essa questão, quando se observa que os grandes empreendimentos por si só procuram instalar ao seu redor, não só vilas operárias que vizinam condignamente aqueles que nela trabalham, como também se preocupam em colocar em funcionamento restaurantes onde se faça uma distribuição abundante e racional de alimentos.

Homens de bariga vazia não podem produzir nada direito — a equação é de uma clareza gritante, assim! Daí que, se a própria iniciativa privada já soube avaliar o quanto de motivação, estímulo, saúde, estabilidade social e aumento de produtividade pode significar a boa alimentação de seus empregados, não vejo como deixaríamos de acolher a generalização desta medida, por legislação, como reconhecimento benéfica ela já se provou!

Eis as principais razões que fundamentam nossa proposição, argumentos estes irrecusáveis por todos os homens de visão brasileiros, e que, se consubstanciados em lei, por certo que virão introduzir em nossa Legislação esse reclamo coletivo, nesta inovação tão preciosa quanto previdente. — Senador Aarão Steinbruch.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O projeto II do será despachado às Comissões Competentes.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O requerimento II do independe de deliberação do Plenário. Vai à publicação e, em seguida, será despachado pela Presidência.

Está encerrado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

#### ORDEN DO DIA

##### Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão em seu Parecer nº 477 de 1968) do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Em discussão a redação final.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senhores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. A matéria irá à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 477, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1968. — *Luiz da Silveira, Presidente.* — *Alvaro Maia, Relator.* — *Manoel Villaga.*

#### ANEXO AO PARECER Nº 477-63

Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' declarado de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes também denominado Instituto Nossa Senhora de Lourdes para Crianças Deficientes de Audição, com sede no Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Item 2.

Discussão, em turno único, do Parecer nº 451, de 1968, da Comissão de Finanças, sobre o Aviso nº BSB-219-67, de 5 de setembro de 1967, do Ministro do Interior, encaminhando cópia do Balanço Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, referente ao exercício de 1966, e do Balancete Analítico do movimento financeiro e execução orçamentária do primeiro semestre do ano de 1967 também da citada autarquia. (Parecer pelo arquivamento).

A matéria figurou na Ordem do Dia da sessão do dia 5 do corrente, sendo dela retirada, em virtude da aprovação do Requerimento nº 678, do nobre Senador Mário Martins, para ser feita a juntada da legislação citada.

Em discussão o parecer. Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, creio que me assistia, como assiste, bastante razão ao formular as considerações que expendi na sessão anterior, e respeito da apreciação da cópia do Balanço-Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, referente ao exercício de 1966, e do Balancete Analítico do movimento financeiro e execução orçamentária do primeiro semestre de ano de 1967 também da citada autarquia.

Pareceu-me estranho que, havendo disposição de lei determinativa do envio da cópia dessas peças ao Senado, ficássemos na contingência de apenas concordar com a determinação de um arquivamento.

A cópia desses documentos vem a esta Casa por força do Artigo 64, da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de

1965, que aprovou o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 66, 67 e 68.

A disposição determinativa está assim redigida: (le)

Art. 64. Semestralmente, a Secretaria-Executiva apresentará ao Conselho Deliberativo da autarquia, ao Ministro de Estado, e, através deste, às Comissões do Orçamento e Fiscalização Financeira e do Polígono das Secas, das duas Casas do Congresso Nacional, balancete analítico do movimento financeiro e execução orçamentária da SUDENE, sem prejuízo da apresentação do balancete sintético a que se refere o artigo 63, § 2º, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

A simples leitura deste dispositivo, Senhor Presidente, deixa-nos completamente convencidos de que há uma finalidade maior nessa obrigação que tem a SUDENE de remeter a esta Casa as peças que deveriam ser examinadas. A finalidade é justamente esta — examinar, fiscalizar a execução da lei que aprovou o Plano do Diretor da SUDENE, cujos seus aspectos administrativos como também nas suas feições contábeis e financeiras.

Portanto, Senhor Presidente, vejo que mais uma vez é oportuno apelar para a direção da Casa, no sentido de tomar as necessárias providências para que o Senado seja aparelhado convenientemente para cumprir uma das suas preciosas missões, que é a de fiscalizar o cumprimento das leis que vota.

Inteligentemente, Senhor Presidente, pude observar, durante o tempo em que aqui estive, que o Senado não está aparelhado administrativamente para as novas funções que lhe vêm sendo atribuídas, através de inúmeras leis e que a Constituição atual, apesar dos seus defeitos, lhe confirma.

Daí porque, Senhor Presidente, não podemos limitar-nos a receber peças como essa, remetidas pela SUDENE e apenas exarmos uma melancólica ordem de arquivamento.

E preciso que examinemos, através de documentação, a ação desses órgãos descentralizados, a fim de sabermos se as leis estão sendo executadas convenientemente, se as verbas, aqui votadas, estão sendo aplicadas devidamente, para então debatermos os problemas, afim de que o novo saiba como está sendo empregado o dinheiro com que contribui para custeio da despesa pública.

Estes os comentários que me cabia fazer depois de ler o artigo 64 da Lei reguladora do Plano da SUDENE. Mais uma vez dirijo apelo à Casa no sentido de adotar as medidas necessárias para o aparelhamento do Senado, no cumprimento de seus fins legais. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Continua a discussão do parecer.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Finanças queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. EDMUNDO LEVI — Senhor Presidente, voto contra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Está aprovado, contra o voto do nobre Senador Edmundo Levi.

A matéria será arquivada.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 451, DE 1968

Sobre o Aviso nº BSB-219-67, do Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — encaminhando cópia do Balanço Geral da SUDENE, referente ao exercício de 1966, e três cópias do Balanço Analítico do movimento financeiro e execução orçamentária do primeiro semestre do corrente exercício.

PARECER Nº 451

Da Comissão de Finanças

Relator, Sr. José Leite.

Com o Aviso nº BSB-219-67, de 5 de setembro de 1967, a SUDENE encaminhou ao Senado Federal, na forma do que dispõe o art. 64 da Lei nº 4.269, de 1º de dezembro de 1963, cópia do Balanço Geral da autarquia, referente ao exercício de 1966, e três cópias do Balanço Analítico do seu movimento financeiro e execução orçamentária do primeiro semestre do corrente ano.

Um fato é de ressaltar-se: em alguns anos, pela primeira vez, as contas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste são apresentadas ao Senado dentro do exercício a que se referem.

Tais estas considerações, que julgamos oportunas como estímulo aos que bem sabem, tomando conhecimento das atividades contábeis para determinar o seu arquivamento.

Sala das Comissões, 21 de abril de 1968. — *Araceli de Figueiredo, Presidente.* — *José Leite, Relator.* — *João Trindade, João Cláudio, Manoel Villaga, Mem de Sá, Arthur Villalva, Passos de Queiroz, Carlos Lindenberg.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 656-63, de autoria do Senador Lima de Mattos, solicitando a constituição de uma Comissão Mista de 5 Senadores e 5 Deputados para, no prazo de 30 dias, dar parecer sobre as impugnações do art. 60, inciso I da Constituição em vigor, no âmbito das matérias sob apreciação no Congresso Nacional. (Incluído em Ordem do Dia dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.)

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre requerimento, sendo Relator o Sr. Senador Edmundo Levi, a quem dou a palavra.

#### O SR. EDMUNDO LEVI:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o requerimento ora submetido a esta Casa está assim redigido:

Sr. Presidente:

Atendendo à necessidade que tem o Congresso Nacional de dispor de um documento que o habilite a dar inteligência exata e segura às matérias, sob sua apreciação, que apresentem implicações financeiras.

Atendendo a que eminentes constitucionalistas brasileiros, ao comentarem o art. 60, inciso I da atual Constituição, costumam estabelecer os limites que devem existir entre matéria financeira e Direito Financeiro (Cfr. Pontes de Miranda — "Comentários à Constituição de 1967", Tomo III, página 161);

Atendo a que inúmeras proposições submetidas ao exame das duas Casas do Congresso Nacional têm recebido tratamento desigual, no tocante à espécie;

Atendendo a que várias proposições foram inquinadas de inconstitucional, no Congresso Nacional, sob a alegação de contrariarem

aquêle dispositivo da Carta Magna, quando, consoante pareceres de ilustres juristas, versavam apenas assuntos de Direito Financeiro;

Requerio, na forma do art. 212, IV, 2-3, do Regimento Interno, combinado com o art. 29, b, do Regimento Comum, a constituição de uma Comissão Mista de 5 Senadores e 5 Deputados para, no prazo de 30 dias, dar parecer sobre as implicações do art. 60, inciso I, da Constituição em vigor, no âmbito das matérias sob apreciação no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o art. 60, inciso I, da Constituição estabelece o seguinte:

"É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que:

I — disponham sobre matéria financeira;...

Sr. Presidente, pretende o requerimento a constituição de uma comissão de estudo para decidir sobre o que deve ser entendido por matéria financeira, distinguindo-a, segundo se desprende da leitura, de Direito Financeiro.

Não sei, se um assunto desta natureza, que envolve, sobretudo, estudo em profundidade e conceituação e que, finalmente, deve traçar a orientação para a conduta e o pronunciamento do Congresso Nacional em projetos de lei que abrangem aspectos financeiros, possa constituir objeto de uma Comissão Mista. É verdade que o Regimento Comum das duas Casas prevê o seguinte:

"Art. 29. O Congresso Nacional terá Comissões Mistas de Senadores e Deputados organizadas para os seguintes fins, além das que forem constituídas para ambas as Câmaras, na forma dos respectivos regimentos:

"a) Para apurar sobre os fatos; b) Para outros fins expressos no ato da sua organização e, mediante proposta de uma Câmara e aceitação das outras, na forma dos respectivos regimentos, fixado sempre o prazo para duração dos trabalhos."

Embora, Sr. Presidente, a matéria requiera meditação e estudos, pois que se trata de dar um roteiro sobre a interpretação de determinado dispositivo constitucional creio que o assunto não está vetado pelo Regimento Comum. Seria mais apropriado, entretanto, que o estudo fosse feito pelas respectivas Comissões da Constituição e Justiça, e, afinal, fundida numa orientação geral.

Entretanto, Sr. Presidente, como o regimento comum permite a organização de comissões com os requisitos constantes do requerimento, não vejo como me pronunciar contrariamente, de vez que encontra amparo no regimento que disciplina os trabalhos das duas casas.

Assim, Sr. Presidente, o Parecer é favorável. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisado pelo orador). — Sr. Presidente, tem razão o nobre Senador Edmundo Levi quando declara que o requerimento está feito nos termos regimentais. Tem razão S. Ex.<sup>a</sup> quando ainda declara que o requerimento, tal como está redigido, propondo a constituição dessa Comissão, não infringe disposição regimental.

Vamos, entretanto, meditar um pouco sobre essa iniciativa.

O Senado tem uma Comissão de Constituição e Justiça, cuja atribuição específica é dizer da constitucionalidade e da juridicidade de quaisquer projetos que sejam apresentadas. A Câmara dos Deputados tem igual comissão, com idênticas atribuições.

Por ser — embora temporária — fixado o seu prazo em 30 dias, essa Comissão começaria por ser uma supercomissão, ou melhor dito, uma comissão mista que faria *tábula rasa* das duas comissões técnicas do Congresso, e do Senado e da Câmara.

Acontece ainda o seguinte: se os constitucionalistas ou os juristas citados no requerimento têm opinado no sentido de delimitação do que seja matéria financeira e do que seja direito financeiro, não há dúvida que um pronunciamento dessa Comissão seria inútil e acabaria sendo até ridículo, porque não haveria, em nenhuma das duas Casas do Congresso, um relator bastante consciente da sua responsabilidade que fôsse afirmar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de um projeto com base no pronunciamento de uma Comissão. Os próprios pareceres das comissões técnicas são submetidos ao crivo do Plenário, que os aceita ou rejeita.

Dai, a conclusão dessa supercomissão ficaria como um provimento a que estariam obrigadas as duas Casas. Não conheço, no Regimento, nenhuma disposição que permita que uma Comissão Mista baixe um provimento para observação das duas Casas do Congresso, quando a essas Comissões são afetas determinadas proposições de lei.

Quanto à diferença entre normas gerais de Direito Financeiro — como está na Constituição, relativamente à competência legislativa da União, e matéria financeira, como está na mesma Constituição, como de iniciativa exclusiva do Presidente da República — a diferença entre esses dois termos, até hoje, nenhum jurista, no Brasil, nenhum financista pôde fazer exatamente. De modo que ao Congresso Nacional é que cabe, tem cabido, caberá a responsabilidade imensa de, em face de cada caso concreto, isto sim, dizer se se trata de normas gerais de Direito Financeiro ou de matéria financeira.

Vou dar um exemplo ao Plenário: há pouco tempo, o Senador Ney Braga apresentou projeto instituindo normas relativamente à cobrança de contribuição de melhoria. Na justificativa desse projeto, S. Ex.<sup>a</sup> enfrentou a questão: ao invés de fugir dela, enfrentou-a diretamente, declarando que apresentava o projeto porque entendia que ele consubstanciava normas gerais de Direito Financeiro, incidindo, portanto, na competência da União, e, em relação a normas gerais de Direito Financeiro, a Constituição não estabelece a exclusividade da iniciativa do Presidente da República.

Pergunto: deixaria o Senador Ney Braga de apresentar projeto dessa natureza, com essa convicção do seu acerto, se houvesse um parecer dessa supercomissão declarando que não se tratava, em tal ou qual hipótese, de normas gerais de Direito Financeiro? É possível fixar-se, de antemão, quais aquelas normas que sejam de Direito Financeiro?

Não é exatamente cada caso concreto que abre às Comissões Técnicas da Câmara e do Senado a perspectiva para sentir se a proposição se enquadra nos termos rigorosos da Constituição?

Esta Comissão, portanto, Sr. Presidente, embora regimental — e neste ponto estou de inteiro acordo com o Senador Edmundo Levi — faria, repito, um trabalho inútil, um trabalho talvez até ridículo. Que dizer da Comissão de Finanças do Senado, uma Comissão que honra esta Casa, desde a sua Presidência até todos os seus membros, uma Comissão que trabalha, diligentemente, esclarecida, conscientemente, que dizer dessa Comissão de Finanças submetida à conclusão de uma Comissão

temporária, que teve 30 dias para definir o que seja matéria financeira e o que sejam normas gerais de Direito Financeiro?

A intenção do Senador Lino de Mattos é louvável. Acho, entretanto, que S. Ex.<sup>a</sup> exagerou num ponto: não tem havido, dentro desta Casa, pelo menos, tanta discórdância em relação aos projetos de lei que transitam, de iniciativa do próprio Senado. Tem havido, ao contrário disso, certa sequência de pronunciamentos definindo bem o que se deve entender — repito — por normas gerais de Direito Financeiro e matéria financeira.

Como o nome mesmo está a indicar, relativamente à primeira expressão o Direito Financeiro é um ramo que se está distinguindo, tornando-se autónomo, independente, saindo do tronco comum, para constituir uma especialização. Foi nesse sentido que o Deputado Aliomar Baleeiro, em 1946, incluiu na Constituição a expressão Direito Financeiro.

A Comissão não aceitou, entretanto, essa expressão na sua generalidade e incluiu "Normas Gerais de Direito Financeiro", exatamente para exprimir que nós não vamos legislar se não sobre normas gerais, para que pudessem ficar resguardada aos Estados a competência supletiva para organizar o seu sistema de arrecadação, relativamente aos impostos que a ele, Estado, são próprios.

Faço a essa situação, a Comissão daria um provimento a que nenhum de nós, nem o Senador Edmundo Levi, na Comissão de Constituição e Justiça, onde tem dado tantos pareceres seguros e bem meditados, se submeteria à conclusão de uma Comissão que faria a definição, para todos os efeitos, em relação aos projetos que por aqui transitavam. A matéria, por sua própria natureza, é variável, de acordo com a substância de cada projeto-de-lei que circule pelo Congresso — Câmara dos Deputados ou Senado.

A cada um dos Srs. Senadores e a cada um dos Srs. Deputados é que deve competir o trabalho de verificar se a proposição que tem em vista se enquadra nos termos, em um ou outro, da Constituição e enfrentar o problema, como fez o nobre Senador Ney Braga, no projeto que acabou de apresentar, que é realmente um projeto-de-lei estabelecendo normas gerais de Direito Financeiro e, portanto, podia ser de iniciativa do Congresso Nacional, e até de iniciativa do Senado.

Com estas razões, Sr. Presidente, estou certo de que, quanto ao mérito da proposta, o próprio Relator na Comissão de Constituição e Justiça será o orientador do Plenário, para rejeitarmos a proposição. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Continua em discussão o requerimento. (Pausa.)

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, para discussão.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, são poucas as palavras.

Quero manifestar-me sobre a matéria que está em discussão, no aspecto regimental, inteiramente de acordo com o Senador Edmundo Levi e no aspecto constitucional, doutrinário, prático, de inteiro acordo com as razões expostas pelo eminente Senador Aloysio de Carvalho.

Realmente, Senhor Presidente, a matéria é complexa. Não é de agora que se levanta discussão, em torno disso, e as interpretações têm sido as mais variadas, não só entre as Comissões, sobretudo as de Finanças e

de Justiça, como em relação ao entendimento dos Senadores isoladamente.

Os dois pontos foram perfeitamente definidos no discurso que acabou de ser pronunciado pelo Senador Aloysio de Carvalho. Numa parte a Constituição estabelece que os princípios gerais sobre matéria financeira são da competência legislativa da União. Na outra parte dá como atribuição privativa do Presidente da República a iniciativa das leis sobre matéria financeira.

Quem se dedica ao estudo do assunto, Senhor Presidente, verifica que as linhas não ficam bem definidas para aqueles que não têm um ajuizamento completo, integral, no sentido de investigar o que significam princípios gerais sobre matéria financeira. Naturalmente aqueles que se aprofundam mais na matéria esclarecem que esses princípios, como a própria expressão indica, são princípios gerais aplicáveis à matéria financeira no sentido mais objetivo. E no outro aspecto a matéria seria, então, tudo aquilo que envolvia a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público. Seria a matéria financeira no sentido mais objetivo, material, a que se refere o dispositivo que torna privativa do Presidente da República a iniciativa dessas leis.

Há, portanto, um juízo diverso, entendimento diverso, não só entre os parlamentares, entre os juristas pessoalmente, como entre as comissões técnicas.

Ao que me parece, se é possível aceitar-se a sugestão, ou ela é constitucionalmente possível — acho que sim — seria para um esclarecimento definitivo da matéria, adotar-se aquilo que poderíamos chamar a interpretação autêntica, isto é, a interpretação dada à lei, pelo próprio órgão que a elaborou.

Neste caso, o que me parece mais razoável, *data venia*, seria a elaboração de uma lei complementar a esse artigo, dada a sua natureza, dadas as divergências ocorridas, a falta de rumo seguro para aplicação do dispositivo constitucional, o que essa lei complementar poderia regular bem.

Parece-me que foi na Constituição de 1946 que a discussão em torno da matéria começou e creio que foi a de 1891 que restringiu a matéria financeira à parte tributária. Tudo que se referia a tributo era matéria financeira. Ainda que o conceito fosse mais restrito, a matéria estaria bem definida, pois só teria aplicação este dispositivo constitucional quando ocorresse o fato delimitado nesta fronteira de matéria tributária — tributo, imposto, taxa. Esta seria a interpretação que se poderia dar ou a doutrina estabelecida, o texto constitucional estabelecido nas leis anteriores.

Enfim, nesta Constituição, voltou a confusão. Temos os princípios gerais sobre o Direito Financeiro como de competência do Legislativo da União a matéria financeira, textual, como de competência privativa do Presidente da República.

De modo que, se for possível, acho, como disse o nobre Senador Aloysio de Carvalho, que a Comissão teria ou terá uma ação ou uma função absolutamente inócua nesta Casa e na outra do Congresso porque...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? — (Assentimento do orador) — Aliás, acho que a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> é perfeitamente aceitável. Se houvessemos de caminhar para uma definição prévia do que sejam normas gerais de Direito Financeiro e o que seja matéria financeira só poderíamos e deveríamos fazê-lo através de uma lei.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. De modo que o argumento exposto pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho é irresponsável. Que valeria como resultado coercitivo para o Congresso Nacional, o parecer dessa co-

Digamos, juristas, constitucionalistas notáveis, homens de conhecimento especializados em matéria de finanças, como temos aqui, juristas de real mérito como os temos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, nenhum desses, homens de formação, com o seu entendimento sobre a matéria condensado, poderia ceder ao parecer de uma comissão, mesmo de uma comissão mista, isto é, da Câmara e do Senado, a respeito dessa matéria.

Nestas condições, Senhor Presidente, quero adiantar o meu voto, mesmo em se tratando de um colega, grande companheiro do meu partido — a matéria não envolve política, não envolve partidário — e devo dizer que votarei contra. Mas estarei pronto a votar quando houver uma lei complementar, bem elaborada, definindo a matéria que, reconheço, precisa de uma definição segura para a harmonia e a coordenação dos nossos trabalhos parlamentares.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — Acrescento que V. Ex. tocou num ponto que merece toda a consideração. Efectivamente, a expressão *matéria financeira* estabelece apenas um princípio, uma norma. Não é um dispositivo auto-aplicável, devendo de interpretação para ser aplicado. E uma vez que depende de interpretação, podendo a doutrina dividir-se, na compreensão dessa matéria, parece que cabe a lei complementar para esta hipótese.

E seria, então, uma conclusão para esta Comissão, se viesse a ser constituída, sugerir a apresentação de projeto de lei complementar regulando os casos taxativos, explícitos, terminantes de matéria financeira, vedando a iniciativa do legislador.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Como tem sido de acordo com V. Ex. a sugestão de uma lei complementar agora que não me reberia para complementar. Não se trata de lei complementar. Trata-se de uma lei ordinária, quando muito uma lei que alguns juristas gostam de chamar lei interpretativa, mas nunca lei complementar. A lei complementar é relativa ao sistema tributário estabelecido na Constituição.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Ex. tem razão sob o ponto de vista técnico-constitucional. Realmente, Senhor Presidente, seja de qualquer modo, com a denominação de complementar, o que fudria a técnica constitucional, ou um nome de lei ordinária, uma lei que teria esse caráter interpretativo, uma lei que viesse pelo próprio órgão que elaborou a Constituição estabelecer a matéria e defini-la com maior precisão.

Assim, com os apertes que ilustram minhas palavras, dos Senhores Senhores Nogueira da Gama e Aloysio de Carvalho, concluo minhas modestas considerações. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Continua em discussão o requerimento.

O SR. MEM DE SA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. MEM DE SA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, julgo de meu dever, em desnecessariamente, vir trazer o meu modo de pensar e o meu voto precipado a este requerimento.

Eu disse desnecessariamente e poderia até dizer ociosamente, porque os Senhores Aloysio de Carvalho e Argemiro de Figueiredo disseram tudo o que havia para ser dito.

Não vejo, absolutamente razão de ser no requerimento do nosso eminente colega Lino de Mattos.

Primeiro, porque, de minha parte, nunca houve a menor dificuldade em distinguir entre o que seja matéria financeira e princípios gerais de Direito Financeiro. Para mim, as coisas são tão tão distintas, não perceptíveis e tão evidentemente diversas, que não há maneira de confundir-las.

Segundo, porque, se alguns dos colegas ou algumas das Casas têm se confundido e se impressionado com uma remota ou possível semelhança a maneira única, exclusiva, de corrigir e alcançar o desiderato proposto pelo nobre colega de São Paulo, seria a que indicou o eminente Senador Argemiro de Figueiredo que, a sua cultura jurídica, acrescenta o que ainda é melhor que a cultura jurídica, o bom senso e a inteligência.

Seria uma lei, e lei ordinária interpretativa, como acrescentou com o seu enorme cabedal de conhecimentos técnicos, jurídicos e constitucionalistas o Senador Aloysio de Carvalho, uma lei interpretativa.

Agora, Comissão Mista seria completamente desnecessária, desde logo, porque iria desmoralizar os órgãos técnicos do Congresso. Ha duas Comissões que lidam com essas problemáticas — a de Constituição e Justiça que, a meu ver, neste ponto, ainda esta acima da de Finanças, porque a primeira é que interpreta a Constituição e indica as demais as diretrizes a que devem obedecer para se manterem aderentes a boa norma à boa disposição e aos bons preceitos da Carta Magna. De modo que o primeiro dos órgãos técnicos a falar para discriminar o que seja matéria de princípios gerais de Direito Financeiro, seria a Comissão de Constituição e Justiça. Secundariamente, a Comissão de Finanças, que lida, em concreto, sobre o assunto.

E no Senado, frequentemente ou o maior número de vezes, os projetos vão à Comissão de Finanças, abordando este tema, sem passarem pela Comissão de Constituição e Justiça. Pelo fato de virem da Câmara, ou de já passarem pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça na Câmara portanto, muitas vezes a nossa acima de se fazer ouvir — por esse fato regimental. E frequentemente nós, na Comissão de Finanças, insatisfeitos com a solução dada na outra Casa do Congresso, vamos solicitar a audiência de nosso órgão, em que temos maior confiança também, por uma questão de conhecimento dos colegas que integram aquele órgão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Várias vezes a Comissão de Finanças tem pedido audiência da Comissão de Justiça, quando a ela ocorre alguma dúvida sobre a constitucionalidade de projeto sobre o qual já falou a Comissão de Constituição da Câmara. De modo que, como V. Exa. está muito bem exprimindo, o Senado dispõe de todos os recursos para uma apreciação exata, do ponto-de-vista constitucional, dos projetos de lei que tramitam aqui.

O SR. MEM DE SA — Como eu disse, o órgão principal no assunto é a Comissão de Constituição e Justiça. Mas a maior parte das vezes essa Comissão não é ouvida e a Comissão de Finanças se manifesta de logo.

Agora, constituir uma Comissão Mista é que seria desde logo uma falta de confiança, até uma moção de demérito de dúvida na capacidade quer dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, quer da Comissão de Finanças. — Era como se o Senado dissesse: o Senado Federal não está muito seguro da capacidade

da sua Comissão de Constituição e Justiça e da sua Comissão de Finanças. Então, para que o Senado saiba como aplicar o art. 60 inciso I da Constituição, é preciso uma Comissão Mista, é preciso que 5 Deputados venham dar as suas luzes a 5 Senadores — que não sabemos nem de onde saíram, se da Comissão de Constituição e Justiça ou da Comissão de Finanças, ou da Comissão de Saúde, ou da de Agricultura.

De modo que é verdadeiramente uma proposição sem nenhum lastro de plausibilidade, de conveniência e muito menos, de necessidade. Seria uma desconsideração para com dois órgãos que são dos que mais produzem e dos que melhor produzem nesta Casa.

E se alguém tem, ainda, qualquer dificuldade em distinguir as duas hipóteses contidas na Constituição, vá para a solução alvitada pelo Senador Argemiro de Figueiredo.

Devo dizer que esta lei pode ser feita, interpretando o óbvio, ou, então, pode-se tornar extremamente confusa, porque matéria financeira, de acordo com os que têm versado o assunto, é a que faz parte da Finança Pública e não propriamente dos princípios gerais de Direito.

E, então, aqui peço licença para editar alguma coisa ao que disse o Senador Argemiro de Figueiredo: a matéria tributária engloba tributo, matéria financeira, receita. Mas não a receita que constitui matéria financeira; a despesa também é matéria financeira. Tanto é que...

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. talvez não tenha ouvido o aparte em que declarei a concepção mais lógica, mais consentânea da interpretação da matéria seria a de considerar matéria financeira tudo aquilo que envolve Receita, Despesa e Orçamento público.

O SR. MEM DE SA — Exatamente o que eu ia dizer. E a divisão clássica — a divisão alemã. A Finança Pública é filha dos economistas alemães.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A A Constituição anterior, se não estou enganado, a de 1891 é que restringia a matéria a tributo.

O SR. MEM DE SA — Por um motivo muito simples: porque, naquela época, ainda, a Finança não tinha adquirido a autonomia científica que veio a conquistar no começo do século XIX, mas que ainda era pouco conhecida no Brasil. Foi, se não me engano, na década dos 20, isto é, há 150 anos, que a Finança Pública se separou da Cadeira da Economia; ela figurava em todos os compendios clássicos, em todos os trabalhos clássicos de economia como a última parte da Economia Pública.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Posso até lembrar a V. Exa. que as nossas Universidades, até 1930, ainda tinham uma Cadeira só, Economia e Finança. Foi o que V. Exa. aprendeu e o que eu também aprendi.

O SR. MEM DE SA — E não somos tão velhos assim. Era a Economia e Finança. Na década dos 20 quando eu estudei, a Finança ainda estava presa, por um vínculo que se considerava inquebrantável, à Economia. Como eu disse, só há cerca de 150 anos, que os alemães, em primeiro lugar, criaram as Finanças Públicas. Logo depois, se generalizou esta autonomização de Finanças como ciência à parte. E a divisão clássica desde então, prevalecendo até hoje, mais para fins didáticos do que científicos no momento, é dividir em Receita, Despesa, crédito e Orçamento. Digo, mais para efeito didático do que para efeito científico. Cientificamente, é criticável, porque muitas das matérias se interpenetram. Por exemplo, até que ponto o crédito se

pode distinguir da Receita? O crédito é apenas um departamento da Receita, é uma forma da Receita e pode ser de diversas naturezas.

E o Orçamento, por sua vez, tanto diz como crédito, como a Receita, como diz com a Despesa.

A divisão, assim, não tem rigor científico, não resiste à análise científica. Entretanto, é extremamente conveniente, do ponto-de-vista pedagógico e didático.

Assim, grande parte dos autores, mesmo modernos, mesmo recentes, ainda a seguem, embora, hoje, seja cada vez mais frequente, nos bons livros de finanças, quer europeus, quer americanos, não se dar mais atenção a divisão quadripartida que acabamos de citar.

De qualquer maneira são fenômenos vinculados à Receita, vinculados à Despesa, ao crédito e ao Orçamento, que constituem a matéria financeira.

Agora, normas gerais de Direito Financeiro envolvem qualquer matéria financeira...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Do ponto-de-vista jurídico.

O SR. MEM DE SA — ...do ponto-de-vista jurídico. É a normalização jurídica, é a institucionalização, através do Direito positivo, dos preceitos que o Estado prescreve para serem acatados na aplicação da matéria financeira.

Não há, portanto, como distinguirmos nem como confundirmos. Não é preciso uma Comissão de dez Membros, sobretudo, cinco Deputados e cinco Senadores para tanto.

Penso, Sr. Presidente, que a Casa, com todo o respeito que me merece o nobre Senador Lino de Mattos, deve rejeitar este requerimento, porque eu, por exemplo, como Membro da Comissão de Finanças, dela me demitirei, pois me sentirei alcançado e ofendido. Ficarei pensando que o Senado julga a minha pessoa incompetente para continuar naquele órgão técnico, por não saber eu fazer tal distinção, precisando, assim, que venham cinco Deputados para me ensinar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Continua em discussão o requerimento. (Pausa.)

Se mais nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Vai ao Arquivo.

E' o seguinte o requerimento rejeitado e que será arquivado:

REQUERIMENTO Nº 696, DE 1963 Sr. Presidente:

Atendendo à necessidade que tem o Congresso Nacional de dispor de um documento que o habilite a dar inteligência exata e segura às matérias sob sua apreciação, que apresentem implicações financeiras,

Atendendo a que eminentes constitucionalistas brasileiros, ao comentarem o art. 60, inciso I, da atual Constituição, costumam estabelecer os limites que devem existir entre matéria financeira e Direito Financeiro (Cfr. Pontes de Miranda — "Comentários à Constituição de 1961" III — pag. 161);

Atendo a que inúmeras proposições submetidas ao exame das duas Casas do Congresso Nacional têm recebido tratamento desigual no tocante à espécie;

Atendendo a que várias proposições foram inquiridas de inconstitucional, no Congresso Nacional, sob a alegação de contrariarem aquele dispositivo da Carta Magna, quando, consoante pareceres de ilustres juristas, ver-

savam apenas assuntos de Direito Financeiro;

Requeiro, na forma do art. 212, IV, 2-3, do Regimento Interno, combinado com o art. 29, "b", do Regimento Comum a constituição de uma Comissão Mista de 5 Senadores e 5 Deputados para, no prazo de 30 dias, dar parecer sobre as implicações do art. 60, inciso I, da Constituição em vigor, no âmbito das matérias sob apreciação no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, de junho de 1968.

— Lino de Mattos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Terminada a Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a sessão ordinária, de 2ª feira a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1968

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 497, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968 (nº 40-B-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Acórdão sobre a Prestação de Assistência Técnica à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

2

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 1968

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1968, de autoria do Sr. Senador Ferreira Diniz, que dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais e das outras providências, tendo Parecer, sob número 496, de 1968, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido (aprovado em 1º turno, com emendas, na sessão de 4 de junho de 1968).

#### CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 1968 (CN), QUE "PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 332, DE 12 DE OUTUBRO DE 1957".

(Comissão Mista: Presidente — Senador Argemiro de Figueiredo — Relator — Senador Achyles Cruz).

Dia 11-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas. Prazo — Início: 9.5.68; e, término: 18.6.68.

2

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 1968 (C.N.), QUE "DECLARA PRESCRITAS AS CONTAS QUE MENÇIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Comissão Mista: Presidente: Deputado Lauro Leitão. Relator: Deputado Francisco Amaral.

Dia 11-6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer;

Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas. Prazo — Início: 29-5-68; e Término: 7.8.68.

3

Projeto de Emenda Constitucional nº 4, de 1968 (CN), que dá nova Redação ao "Caput" do art. 76, suprime os seus §§ 1º, 2º e 3º e o art. 77 e os seus §§ 1º, 2º e 3º e dá nova Redação ao § 1º do artigo 79 e ao artigo 81 da Constituição Federal".

#### COMISSÃO MISTA:

Presidente: Senador Edmundo Levy.

Relator: Deputado Raymundo Diniz.

Dias 7, 10 e 11-6 — Apresentação de Subemendas ou emendas Substitutivas, perante a Comissão;

Dia 18-6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 18-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 19-6 — Publicação do parecer;

Dia 26-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Está encerrada a sessão.

(Levantou-se à sessão às 16 horas e 58 minutos).

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE SAÚDE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1968

As nove horas, do dia quatro de junho de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Srs. Senadores Sigefredo Pacheco — Presidente, Adalberto Senna, Sebastião Archer e Fernando Corrêa, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Duarte Filho, Clodomir Millet e Manoel Vilaga.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre

os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1968, que "permite ao doador voluntário de sangue a ausência do trabalho, sem prejuízo de salário ou de tempo de serviço", o Sr. Senador Adalberto Senna oferece parecer favorável à sua aprovação. O parecer do Sr. Relator posto em votação, é aprovado sem discussão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Secretário, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.